

EXPERIÊNCIAS DE EXCLUSÃO URBANA NO COTIDIANO MACAPAENSE (1944-1964)

*Sidney da Silva Lobato*¹

Introdução: o nascimento da “Macapá moderna”²

Atento aos riscos gerados pela Segunda Guerra Mundial, o governo de Getúlio Vargas criou, em 1943, os novos territórios federais, e dentre eles o do Amapá³. Uma vez criado o Território Federal do Amapá, era necessário escolher o seu governador. Como no caso dos interventores estaduais, a decisão cabia ao presidente da República. Dois capitães do Exército foram indicados: Emanuel de Almeida Moraes e Janary Gentil Nunes. Este último, por sua experiência e reconhecida atuação no Norte, foi o escolhido por Vargas⁴. Gentil Nunes governou o Amapá de 1944 até 1956, e se manteve à frente do governo territorial nesse longo período graças a uma constante articulação com membros dos grupos hegemônicos no cenário político nacional e a uma permanente peleja pela máxima adesão dos amapaenses aos ideais do seu governo. Mesmo depois de 1956, Janary continuou exercendo decisiva influência na política territorial, inclusive na escolha dos governadores. Porém, a partir de 1964, a nova cúpula militar procurou expurgar o maior número

¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Atualmente, realiza pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris, com bolsa da Capes. Professor de História da Amazônia nos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Amapá. E-Mail: <lobato.sidney@yahoo.com.br>.

² Este artigo originou-se de uma parte (adaptada) da tese de doutorado em História Social, defendida na Universidade de São Paulo, em 2013, intitulada: *A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*. Elaboramos tal tese sob a orientação da Prof^a Dra. Maria Odila Leite da Silva Dias.

³ O Território Federal do Amapá tinha os seguintes limites: linha de limites com as Guianas Holandesa e Francesa (noroeste e norte); Oceano Atlântico (nordeste e leste); Canal do Norte e o braço norte do rio Amazonas até a foz do rio Jarí (sul e sudeste); o rio Jarí, da sua foz até as cabeceiras na Serra do Tumucumaque (sudoeste e oeste). 143.716 km² formavam a superfície total do Território do Amapá.

⁴ Gentil Nunes nasceu em 1912, no município de Alenquer, no Pará. Em 1930, aos 18 anos, ingressou na Escola Militar do Realengo, no Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro). Entre 1936 e 1937, serviu no pelotão de Clevelândia do Norte. No ano de 1938, foi para Curitiba, no Paraná, para cursar instrução no Centro de Transmissão da 5^a Região Militar — no qual foi primeiro colocado. Neste mesmo ano, publicou o livro *Bandeira do Brasil*. Tornou-se diretor técnico da Federação de Escoteiros do Paraná e Santa Catarina, região que na época era alvo da campanha de nacionalização das colônias de imigrantes, principalmente alemães. Em 1939 Janary Nunes foi secretário e relator da Comissão Interministerial do Exército, Marinha, Justiça e Educação, quando colaborou na elaboração do Decreto-Lei 43.545 (de 31 de julho de 1940), que regulamentou o culto aos símbolos nacionais. Janary assumiu em 1940 o comando do Pelotão do Oiapoque. Em 1942, foi indicado para liderar a 1^a Companhia Independente de Metralhadoras Antiaéreas, responsável pela defesa da Base Aérea de Belém, durante a Segunda Guerra Mundial. E, em 27 de dezembro de 1943, foi nomeado governador do Território Federal do Amapá. Ver: BENEVIDES, Marijeso de Alencar. *Os novos territórios federais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, p. 75-76.

possível daqueles que haviam recebido qualquer tipo de apoio do presidente deposto (João Goulart). Os janaristas (apoiadores do primeiro governador do Amapá), então, foram obrigados a deixar seus postos políticos em âmbito local.

Quando Macapá ganhou o *status* de capital territorial, no início do ano de 1944, ela era uma vila de algumas centenas de habitantes, ainda abalada pela crise da borracha amazônica, das primeiras décadas do século XX⁵. As construções realizadas pelo governo trouxeram novo fôlego para a combatida economia macapaense. Arthur Miranda Bastos, Diretor da Divisão de Produção no governo de Janary Nunes, no livro *Uma excursão ao Amapá* (de 1947), afirmou que o governo amapaense tentou, logo que instalado, remover os sinais de decadência da cidade, “construindo prédios novos para abrigar os funcionários da nova administração, limpando o mato das ruas e praças, comprando toneladas e mais toneladas de cimento, tijolos, telhas, madeiras, ferramentas, máquinas e tudo mais que seria preciso para transformar numa capital apresentável uma velha e atrasada cidade”⁶. A construção desta “*Macapá moderna*” era apresentada como símbolo máximo da vitória do homem sobre a natureza amazônica, aparentemente indomável. Porém, como evidenciaremos nos próximos parágrafos, durante o período de hegemonia janarista (1944-1964), muitos dos que viviam nesta cidade ficaram às margens de tal modernização.

Vários estudos têm focado experiências de exclusão de moradores pobres em áreas urbanas submetidas a reformas. A destinação socialmente seletiva de frações do espaço citadino foi uma prática adotada em distintos momentos e por diferentes governos⁷. Neste artigo, ratificamos isto. Mas, também tentamos perscrutar os modos como os grupos subalternizados perceberam e enfrentaram os problemas relativos à moradia. Procuramos igualmente pôr em evidência a solidariedade de vizinhança que surgia nos bairros populares da capital do território federal do Amapá, a cidade Macapá, em meado do século XX. Estes novos assentamentos suburbanos foram então se formando por meio de dois processos: a inviabilização da permanência das pessoas mais pobres no centro urbanizado, devido ao estabelecimento de exigências que elas não podiam cumprir; e a chegada de um grande número de migrantes, vindos, sobretudo, do Pará e dos estados do Nordeste.

⁵ LOMBAERDE, Padre Júlio Maria. *Macapá: sua história desde a fundação até hoje*. Macapá: s.r., 1987, p. 8 [trabalho não publicado]. Lobato Correa afirma que, nos anos que seguiram esta crise, ocorreu uma diminuição absoluta da população das pequenas cidades e “mesmo mais tarde, no período de 1940-1950, pequenas cidades criadas [...] apresentavam um crescimento demográfico inferior ao vegetativo de sua população”. CORREA, R. L. Lobato. “A periodização da rede urbana da Amazônia”. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano 49, n. 3, 1987, p. 54. Ver também: VICENTINI, Yara. *Cidade e história na Amazônia*. Curitiba: UFPR, 2004, p. 149-150.

⁶ BASTOS, A. de Miranda. *Uma excursão ao Amapá*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 06-07.

⁷ Ver, por exemplo: MARINS, Paulo César Garcez. “Habitações e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”. In: SEVCENKO, Nicolau (org.) & NOVAIS, Fernando A. (coord.). *História da vida privada no Brasil – Vol. 3: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 131-214; KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. 2 ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994; CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000; e MELLO, Marco Antonio da Silva *et al* (orgs.). *Favelas cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

“Aonde tu vai rapaz”: a exclusão urbana na tradição oral da comunidade negra do Laguinho

Ocorreram grandes movimentos migratórios no Brasil da década de 1940⁸. Luiz Gonzaga cantava então a dor da saudade causada pela migração e o alentador sonho do retorno. Na letra da música *Asa Branca* (lançada com o ritmo de toada em 1947), encontramos os versos: “hoje longe muitas légua, numa triste solidão, espero a chuva cair de novo pra mim voltar [sic] pro meu sertão”. E no baião *Noites brasileiras* temos: “ai, que saudades q’eu tenho das noites de São João, das noites tão brasileiras sob o luar do sertão”. Estas canções causavam um forte impacto emocional na audiência formada por cearenses, paraibanos, pernambucanos e outros, espalhados pelo país. Por outro lado, em suas viagens, este artista pesquisava e recolhia amostras de canções regionais, representativas da diversidade cultural brasileira.

No início de julho de 1954, Luiz Gonzaga foi a Macapá. O articulista do jornal *Amapá* então destacou: “vindo espontaneamente a Macapá a fim de colher motivos para novas composições, buscando-os na dolência primitiva do marabaixo, essa rica manifestação folclórica que bem reflete o sentido profundo do afro-brasileirismo como arte, Luiz Gonzaga demonstrou não fazer comércio com sua música”⁹. O ritmo do Marabaixo já era conhecido por Gonzaga, pois esta era a sua segunda visita à capital amapaense. Em 1949, Janary Gentil Nunes foi recebido na residência daquele compositor, que comemorava seu aniversário de casamento. Nesta ocasião, “o rei do baião” executou o *ladrão*¹⁰ *Aonde tu vai rapaz*, em homenagem ao governador do Amapá. Gonzaga gravou esta canção, juntamente com outra, chamada *Macapá*¹¹. Raimundo Lino Ramos lembrou,

⁸ As cada vez mais dramáticas tensões em torno da concentração fundiária no Nordeste e alhures favoreceram a formação de um grande movimento migratório rumo aos centros urbanos, onde novas oportunidades de trabalho surgiam. Numericamente, a população urbana deu um salto. A taxa anual de crescimento das cidades brasileiras chegou a 6,31% na década de 1950, caindo nas décadas seguintes. Cresciam também os contrastes da vida urbana. E o principal contraste é aquele entre moradores pobres e ricos. As comodidades da vida urbana, em grande medida, eram privilégios destes últimos. No pós-guerra, surgiram na cidade de São Paulo loteamentos periféricos desprovidos da mínima infraestrutura urbana. Aí também se formaram as primeiras favelas em terrenos públicos localizados próximo do centro. Na capital do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro, os contrastes sociais não eram menos alarmantes do que os de São Paulo: dos 94 mil prédios construídos na capital da República entre 1940 e 1949, 24 mil eram barracos. ROLIM, Rivail Carvalho. “Culpabilização da pobreza no pensamento jurídico-penal brasileiro em meados do século XX”. In: KOERNER, Andrei (org.). *História da justiça penal no Brasil: pesquisas e análises*. São Paulo: IBCCRIM, 2006, p. 182-183.

⁹ “O REI do baião visitou Macapá espontaneamente”, *Amapá*, Macapá, n. 549, 04 jul. 1954, p. 04.

¹⁰ Denominação das cantigas populares apresentadas durante a festa do Marabaixo, realizada em Macapá e Mazagão. Trata-se de uma festa tradicional, que remontava ao Período Colonial. MOTINHA, Katy Eliana Ferreira. *A Festa do Divino Espírito Santo: espelho de cultura e sociabilidade na Vila Nova de Mazagão*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003, p. 275-328.

¹¹ Ver: “LUIZ Gonzaga homenageia o sr. Capitão Janary Gentil Nunes”, *Amapá*, Macapá, n. 224, 25 jun. 1949, p. 02; “LANÇADA a música ‘Marabaixo’”, *Amapá*, Macapá, n. 225, 02 jul. 1949, p. 05; “ÊSTE é Luiz Gonzaga...”, *Amapá*, Macapá, n. 235 (3ª seção), 13 set. 1949, p. 06; e “APLAUDIDA audição de Luiz Gonzaga”, *Amapá*, Macapá, n. 280, 22 jul. 1950, p. 06.

em entrevista, o momento em que o artista pernambucano conheceu este ritmo: “ele chegou aqui na época do Marabaixo e foi ver o Marabaixo na casa do meu avô. E o meu avô tinha uma carambeira muito grande lá e ele começou a tomar gengibirra [cachaça com gengibre], tirando o gosto com a caramba”. E Lino Ramos completou: “quando a minha mãe, Felícia Amália Ramos, cantou ‘Aonde tu vai rapaz’ aí ele ficou... Chamou o rapaz que estava com ele e o mandou escrever a letra. Aí, minha mãe foi cantando e ele escrevendo”¹².

Provavelmente, 1949 foi o ano em que os *ladronistas*¹³ elaboraram a seguinte estrofe: “Marabaixo em Macapá teve um grande cartaz, já foi cantado no Rio ‘Aonde tu vai rapaz’”. Mas, quando Luiz Gonzaga gravou esta canção popular, ele fez em sua letra uma pequena, porém significativa, alteração. Na sua versão, encontramos a seguinte estrofe: “as ruas de Macapá são cheia de bangalô/ tem hospitá, tem escola pr’os fio dos trabaiadô”¹⁴ — em flagrante contraste com o registro feito naquele mesmo ano pelo etnógrafo Nunes Pereira, em sua passagem pela capital amapaense¹⁵. Nas suas anotações, este pesquisador apresenta-nos os seguintes versos: “a Avenida Getúlio Vargas tá ficando que é um primor/ essas casas foram feitas p’rá só morar douto”¹⁶. As duas estrofes (a apresentada por Gonzaga e a transcrita por Nunes Pereira) constroem sentidos diferentes (e socialmente opostos) para a urbanização macapaense. Afinal, as obras da “Macapá moderna” beneficiariam a família do trabalhador ou apenas a do doutor (dos mais endinheirados)?¹⁷

Inserindo a palavra “trabaiadô” no citado verso de sua composição, Gonzaga pretendia substituir a denúncia da exclusão dos subalternizados em relação aos benefícios que a urbanização então proporcionava pela exaltação das ações e obras do governo territorial. *Aonde tu vai rapaz* foi composto no início do governo janarista para manifestar os sentimentos e entendimentos de populares negros a respeito do momento de sua saída do entorno das praças centrais de Macapá (Barão do Rio Branco e Capitão Assis de Vasconcelos)¹⁸. Eles foram obrigados a sair porque não tinham condições de cumprir as exigências governamentais de construir casas novas de alvenaria, adequadas ao perfil que se queria dar ao novo núcleo político-social macapaense. O governo deu-lhes então terrenos sem nenhum tipo de beneficiamento (arruamento, água encanada, energia elétrica, etc.), em espaços limítrofes da cidade, conhecidos como Favela e Laguinho. Neste contexto, surgiu o refrão deste famoso *ladrao*: “aonde tu vai rapais por esses campo sosinho/

¹² Raimundo Lino Ramos, ou “Pavão” (1936), foi entrevistado no dia 25 de março de 2008. Ele faz parte da comunidade negra que residia próximo do centro histórico de Macapá.

¹³ Compositores de ladrões de Marabaixo.

¹⁴ “A MÚSICA popular amapaense – ‘Aonde tú vai, rapaz’ e ‘Macapá’, dois autênticos sucessos – a opinião do dr. Alvaro Fonsêca”, *Amapá*, Macapá, n. 230, 06 ago. 1949, p. 02.

¹⁵ “O DR. Nunes Pereira concede uma entrevista ao Amapá”, *Amapá*, Macapá, n. 224, 25 jun. 1949, p. 01.

¹⁶ PEREIRA, Nunes. *O sahiré e o marabaixo: tradições da Amazônia*. Rio de Janeiro: Ouvidor, 1951, p. 94-102, p. 133.

¹⁷ A poetisa Aracy Mont’Alverne afirmara que Macapá então estava perdendo aquele aspecto de “menina do mato” – novas ruas e avenidas eram abertas, praças, escolas, hospital e casas de alvenaria eram construídas. MONT’ALVERNE, Aracy. “Macapá Cinderela”, *Amapá*, Macapá, n. 849, 07 jul. 1957, p. 02.

¹⁸ A Praça Capitão Assis de Vasconcelos hoje é chamada de Veiga Cabral.

vou construir minha morada lá nos campo do Laguinho [sic]¹⁹. Descendentes de escravos, os negros que moravam no centro histórico foram divididos, conforme lemos nestes versos: “pelo jeito que eu estou vendo, nós vamos ficar sozinhos/ uns vão para a Favela e outros vão para o Laguinho”²⁰.

A modernização estandardizada pelo primeiro governo territorial ameaçava as bases da reprodução da cultura popular negra macapaense: nas proximidades do centro histórico, os negros possuíam roçados de mandioca e na matriz (Igreja de São José) realizavam parte da sua atividade religiosa mais importante: a celebração do *Domingo do Mastro* — componente do ciclo do Marabaixo. Não foi pouco trabalhosa a negociação para a transferência deles. O coqueiro que seria derrubado, a casa já destelhada, crianças pequenas a abrigar ilustram, na letra de *Aonde tu vai rapaz*, o pesar sentido pelos negros, quando deixaram suas velhas moradas. Por exemplo: “Benedito Lino, afilhado, logo se pôs a pensar: ‘meu Deus, com tanta criança, aonde eu vou me agasalhar’”. Foi realizada uma reunião, na residência do líder comunitário Julião Ramos. Benedita Guilherma Ramos (filha de Julião) relatou: “ele [Janary] reuniu todo mundo na casa do meu pai. Ele estava triste porque não foram todos os moradores”²¹. A autoridade de “Mestre Julião” advinha de seu destacado papel na organização da festa anual do Marabaixo. E Janary o reconheceu como um leal colaborador, desde o início do seu governo²². A mediação deste festeiro foi algo fundamental para que a referida comunidade afrodescendente aquiescesse em relação às mudanças que o governo local planejava realizar²³.

Por outro lado, é necessário lembrar que na composição de um *ladrao*, alguém cria o refrão e a linha melódica. Porém, qualquer pessoa pode acrescentar um verso. Isso possibilita o aparecimento de visões díspares de um mesmo acontecimento, numa só canção. É o que ocorre em *Aonde tu vai rapaz*, pois aí encontramos tanto estrofes que expressam descontentamento, quanto aquelas que manifestam alegria e gratidão em relação a Janary. Assim temos: “dia primeiro de junho eu não respeito o senhor, saio gritando: viva ao nosso governador”. E mais: “dia primeiro de junho, é lá que eu quero ir, vamos todos bater palmas pro Coronel Janary”. No primeiro dia de junho, Janary aniversariava. Assim, através da obra que os *ladronistas* nos legaram, podemos perceber as discordâncias e tensões vivenciadas pela comunidade negra macapaense, no pós-1944. O entrevistado Joaquim Theófilo de Souza disse-nos: “tem pessoas que não compreendem certas coisas. Eu aceitei com as duas mãos [o remanejamento para o Laguinho]. Eu queria mesmo. Como eu podia fazer aquela casa de alvenaria? Não tinha nem tijolo, nem barro, nem cimento, nem nada”. Em alguns momentos da entrevista, Theófilo de Souza destacou as divergências relativas à decisão de apoiar ou não o governo. Por exemplo: “quem fez este [verso] ‘escola pra doutor’ foi o irmão

¹⁹ PEREIRA, *O sahiré...*, p. 133.

²⁰ Versos lembrados por Josefa Lina da Silva, entrevistada no dia 13 de fevereiro de 2008. Ela faz parte da comunidade negra que residia próximo do centro histórico de Macapá e que, com as reformas aí promovidas por Janary Nunes, foi transferida para o Laguinho.

²¹ Entrevista realizada em 06 de maio de 2008, na Rua Eliezer Levi, n. 632, bairro do Laguinho (residência da depoente).

²² “O VELHO Julião”, *Amapá*, Macapá, n. 253, 14 jan. 1950, p. 02.

²³ CANTO, Fernando. *A água benta e o diabo*. Macapá: FUNDECAP/ GEA, 1998, p. 28.

do Duca Serra — o José Serra [...]. Tem outro ladrão: ‘me peguei com São José, padroeiro de Macapá, que Janary e Coaracy não saíam do Amapá’²⁴. Esse é da posição. É toda aquela briga: um d’um lado e outro do outro”.

Nesta contenda, podemos perceber a existência de, pelo menos, três grupos: os que eram favoráveis ao governo de Janary; os que eram contra; e os que preferiam não explicitar qualquer posicionamento. O primeiro grupo era capitaneado por Julião Ramos e sua família. O segundo percebia Julião como alguém cooptado e indigno de crédito. O que todos estes grupos tinham em comum era o desafio de remodelar suas vivências dentro das condições ambientais encontradas na Favela e no Laguinho. Em seus terrenos baixos e úmidos, o Laguinho oferecia águas relativamente limpas para as tarefas domésticas. Grandes árvores destacavam-se em sua vegetação, tais como: paricaseiros, lacres e caimbezeiros²⁵. Várias famílias laguinenses não receberam ajuda governamental e foram forçadas a improvisar os meios para se adequar à nova realidade. A entrevistada Josefa Lina da Silva relatou que não recebera nem dinheiro, nem madeiras do governador, e acrescentou: “eu, quando vim pra cá, morei primeiro ali debaixo d’um pau. Fiz uma baiucazinha só com palha de buçu e a porta de esteira... Pequenino, mesmo, o pedaço que eu fiz. Mas, ele [Janary] não ajudou ninguém”. A água era tirada de poços ou do Laguinho e a luz noturna vinha das lamparinas. Os primeiros moradores do Laguinho viram-se, assim, excluídos dos benefícios da modernização da capital do Território do Amapá.

Portanto, o usufruto da cidade não era um direito garantido a todos. Era, na verdade, um privilégio que resultava de uma série de medidas governamentais. A criação de condições para a permanência de moradores numa determinada área não era uma estratégia nova da gestão autoritária do espaço urbano. Não pretendemos fazer aqui uma genealogia desta prática. Mais esclarecedor será lembrar que o Estado Novo instituiu, em âmbitos diversos, aquilo que Brodwyn Fischer chamou de ambiguidade legal: vários direitos somente eram respeitados e garantidos após a observância de certas exigências.²⁶ Como outros, o direito à cidade foi colocado sob certas condições. Além disso, nos planos das classes dirigentes, o espaço urbano foi frequentemente esvaziado de seu conteúdo cultural e afetivo, em benefício de uma distribuição funcional, de uma divisão hierarquizante e de uma harmonia estética.

Insegurança estrutural: os trabalhadores e a falta de moradia

O mote da adequação ao planejamento urbanístico foi por diversas vezes utilizado pelos governos como justificativa para a remoção dos populares, dos lugares que eles tradicionalmente ocupavam. Neste sentido, a experiência de José Pinto de Araújo bem exemplifica centenas de dramas pessoais vividos na capital

²⁴ Coaracy Nunes era irmão de Janary e deputado federal pelo Território Federal do Amapá.

²⁵ VIDEIRA, Piedade Lino. *Marabaixo, dança afrodescendente*: significando a identidade étnica do negro amapaense. Fortaleza: Edições UFC, 2009, p. 89-92.

²⁶ FISCHER, Brodwyn. “Direitos por lei ou leis por direito? Pobreza e ambiguidade legal no Estado Novo”. In: LARA, Sílvia Hunold & MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, p. 440.

amapaense, em meado do século XX. O carpinteiro Pinto de Araújo mudou-se de Icoaraci (distrito de Belém) para Macapá em abril de 1946. Nas suas palavras: “cheguei aqui quarta-feira, e eu passei: quarta, quinta e sexta e não comi nada – jejum – porque eu não tinha nenhum tostão”. Ele começou a trabalhar nas obras do governo, durante o dia, e em construções de particulares, durante a noite. Após muito se consumir nas lides macapaenses, este trabalhador conseguiu criar um armarinho na Rua Candido Mendes, onde vendia: pentes, escovas, sabonetes, talcos, perfumes e outros produtos. Porém, depois disto, foi chamado pelo prefeito da cidade, que lhe disse: “olhe, você desocupe aquele local ali, ou construa um prédio desse jeito”. Diante desta exigência, ele respondeu: “eu não posso fazer um prédio deste tamanho, com essa estrutura”. Então, ele foi obrigado a ceder o lugar para um comerciante mais endinheirado, que pudesse construir aí o novo prédio, de acordo com tal exigência. Aliás, o empresário que tinha a pretensão de fazer isto já estava presente no encontro do carpinteiro Araújo com o gestor municipal²⁷.

Como compensação, Araújo ganhou da prefeitura um terreno mais afastado. Pediu, porém (para atenuar parte de seu prejuízo), que este ficasse localizado em um cruzamento de ruas. Ele ficou na esquina da Rua São José com a Avenida Coaracy Nunes. Anos depois (muito provavelmente em 1967), aconteceu um grande incêndio nas proximidades da casa deste agora pequeno comerciante. Então, o governador mandou chamar todos os que tiveram suas casas atingidas pelo sinistro. Na reunião, representantes do governo distribuíram cheques no valor de Cr\$ 120,00. Diante de tal disparate, Araújo disse: “não! Cento e vinte cruzeiros eu gastei só pra botar terra aí [...]. Agora eu vou receber cento e vinte cruzeiros, vou morar na rua?”. A resposta que ouviu foi que ou aceitava aquilo, ou seria despejado. Exaltado, foi levado pela Polícia para falar com o governador. E, como diante deste se manteve irredutível na decisão de não deixar a casa em que morava e comerciava, foi preso. Resistiu e conseguiu ficar²⁸.

Dramas relacionados à questão da moradia tornaram-se mais e mais agudos, na medida em que as ondas migratórias continuavam a se espriar nas terras macapaenses.²⁹ No relatório governamental de 1944, o déficit habitacional era

²⁷ Passamos a nos basear em relatos feitos pelo entrevistado José Pinto de Araújo nos dias 16 e 18 de março de 2011, para o Projeto Banco de História Oral (PROBHO). Trata-se de um projeto piloto coordenado por este autor e executado pelos alunos de graduação do curso de História da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

²⁸ Publicado em 1960, o Plano Urbanístico da Cidade de Macapá, elaborado pela empresa Grunbilf do Brasil – contratada pelo governo territorial – trouxe a seguinte proposição: “em quasi tôdas as cidades, cuja valorização depende de iniciativa particular, podemos observar, que a altura e suntuosidade dos prédios acompanha em paralelo a valorização dos terrenos. Seria portanto, contraproducente exigir investimentos em demasiado desacordo com as possibilidades do povo. É viável, porém, a reserva de áreas, nas melhores zonas, para as quais deverão ser prescritas, condições especiais quanto ao tipo de construção”. GRUNBILF. Brasil. *Plano Urbanístico da Cidade de Macapá*. São Paulo: Grunbilf do Brasil, 1960, p. 14 [mimeografado].

²⁹ Em números arredondados, Speridião Faissol nos fornece uma síntese do vertiginoso crescimento populacional macapaense neste contexto: “a população de Macapá, que em 1940 era de 2 mil habitantes, foi crescendo para 10 mil em 1950, 25 mil em 1960 e para os seus atuais [1964] 40 mil”. Faissol afirma que este “exagerado crescimento” derivou da criação do Território Federal do Amapá e das ações do governo federal na região. FAISSOL, Speridião. *Atlas do Amapá*. Rio de Janeiro: Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá; Conselho Nacional de Geografia/ IBGE, 1966, p. 26. O geógrafo Antônio Teixeira Guerra argumenta que este crescimento decorreu principalmente

apresentado como um dos problemas mais angustiosos e insistentes. O desafio era “receber e alojar funcionários, operários e trabalhadores, comerciantes que aportavam incessantemente, enchendo as embarcações e disputando com afã, os armadores de redes disponíveis, quer nos barracões que o Governo ergueu, quer nas casas particulares”³⁰. Mais de 20 anos depois, um articulista da revista *ICOMI notícias* fez o seguinte diagnóstico: “Macapá, como capital e, conseqüentemente, centro das principais atrações, tem sido a meta mais visada pelas massas migratórias”. E prosseguiu: “ampla, bem dividida e com muito espaço para construções, a cidade estaria pronta a abrigar algumas vezes mais que a atual população, que é da ordem de 35 mil habitantes, se tivesse sido planejada para tal”³¹. Diante deste quadro, conseguir um lugar próprio para morar era uma conquista que não podia ser vendida por 120 cruzeiros.

Ao chegar à capital amapaense, José Pinto de Araújo foi procurar José Reis, que, segundo informações que circulavam na doca da Fortaleza (área portuária macapaense), hospedava membros da Igreja Assembleia de Deus. Contudo, Araújo, que pertencia a tal Igreja, não conseguiu hospedar-se na casa de Reis, porque ela já estava lotada. Como este, muitos moradores de Macapá cediam espaços em suas casas por solidariedade, amizade ou camaradagem. Outros aproveitaram o boom populacional para ganhar dinheiro, dividindo suas moradas em quartos para alugar. Vejamos um exemplo... Em 19 de fevereiro de 1946, Guiomar foi agredida por seu amásio Joaquim (paraense de 33 anos e carpinteiro), e foi socorrida pelos hóspedes que residiam em sua casa. Na delegacia, João Rodrigues da Silva (paraense, padeiro, alfabetizado) depôs que estava recolhido “ao seu quarto” com sua companheira – na residência de Joaquim, onde estava hospedado – quando ouviu os gritos de Guiomar. Dirigiu-se, então, ao fundo do quintal e aí – com Zacarias, Luiz e José Nobre – constatou a agressão³². Este e outros processos que analisamos nos permitem perceber a sociabilidade complexa que se formava no interior destas habitações coletivas: reunindo pessoas mais e menos conhecidas, tais habitações ensejavam a solidariedade extensa, a cumplicidade silenciosa e as intromissões reguladoras.

Muitos trabalhadores recém-chegados na capital do Amapá foram morar nos barracões construídos pelo governo territorial. No dia 19 de abril de 1945, este inaugurou a *Hospedaria de Operários* – um grande barracão situado na Praça Capitão Assis de Vasconcelos. Segundo o articulista do jornal *Amapá*, o objetivo desta obra era garantir “mais conforto e higiene nas habitações coletivas dos trabalhadores locais”³³.

de migrações acontecidas a partir de 1944. Em 1949, a causa de 57,9% do aumento populacional macapaense foi a chegada de migrantes. A este respeito, Guerra comentou: “observamos que a cidade de Macapá é a que maior atração exerce sobre as populações rurais e mesmo sobre os outros centros urbanos que lhe estão próximos”. E complementou: “a cidade de Belém e outros centros nordestinos também têm sofrido os efeitos dessa atração realizada por Macapá”. GUERRA, Antônio Teixeira. *Estudo geográfico do Território do Amapá*. Rio de Janeiro: IBGE, 1954, p. 182-183.

³⁰ NUNES, Janary. *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, p. 113.

³¹ “MORAR é ter onde viver melhor”, *ICOMI Notícias*, n. 23, nov. 1965, p. 16.

³² Arquivo do Fórum da Comarca de Macapá (doravante AFCM). Caixa 227, processo n, 79, 16 abr. 1946, fl. 17.

³³ “INAUGURADA a Hospedaria de Operários”, *Amapá*, Macapá, n. 6, 28 abr. 1945, p. 02.

Na retórica governamental, tal construção viria substituir os “muitos pardieiros, que depunham contra a estética da cidade e lhe emprestavam um aspecto sombrio e deplorável”. Apresentado como “amplo e arejado”, este barracão iria “servir de abrigo a inúmeros operários que vinham trabalhar nas obras do Território”³⁴. O conforto, entretanto, era mínimo. Além disso, a *Hospedaria de Operários* era capaz de comportar somente uma ínfima parte dos migrantes que chegavam à cidade. Os “pardieiros” – as populares moradias coletivas caracterizadas como lugares feios e anti-higiênicos – tinham, portanto, que absorver uma grande demanda.

Bairros dos trabalhadores

A área urbana macapaense compreendia o chamado “bairro Alto”, com todo o centro político-social nele incluso e mais a Vila Presidente Vargas (construída pelo governo territorial). A área suburbana compreendia os bairros: (doca da) Fortaleza, Trem, Igarapé das Mulheres, Laguinho e Favela. Os subúrbios, que inicialmente abrigavam parte não majoritária da população, cresceram vertiginosamente³⁵. Após visitar Macapá no final de 1951, a professora Sandra Santos (residente no Rio de Janeiro) – em entrevista para o jornal *Folha do Norte* (e transcrita no jornal *Amapá*) – destacou que “Macapá é que cresceu depressa demais” e que “um crescimento fantástico assim” não poderia deixar de causar “certos desequilíbrios”³⁶. Uma das áreas macapaenses que mais rapidamente cresceram foi a Favela – nome dado a uma baixa alagadiça, que se localizava a oeste do “bairro Alto”. Como já afirmamos, uma parcela da comunidade negra que residia no centro histórico mudou-se para tal área. Muitos migrantes decidiram construir na Favela as suas novas moradias. Entre outros fatores, tal escolha decorria da proximidade deste lugar em relação ao núcleo político-social da cidade.

Um bairro que se expandiu não obstante a sua maior distância em relação a este centro foi o Trem. Suas terras planas e mais altas que as da Favela facilitaram seu rápido crescimento populacional. Laguinho, Favela e Trem eram frutos da expansão dos limites espaciais de Macapá. Para além destes, existiam áreas desabitadas ou de roçado, onde, na década de 1960, começariam a surgir outros bairros: Pacoval, Santa Rita, Jesus de Nazaré, Beírol e Buritizal³⁷. Mas, na orla macapaense apareceram também populosos assentamentos, já no pós-1944. Isto ocorreu mais especificamente nas embocaduras do Igarapé das Mulheres e do Igarapé da Fortaleza. Havia várias décadas que moradores praticavam diversos tipos de cultivo nas margens destes dois cursos d’água.

Em meado da década de 1940, começou a surgir no Igarapé das Mulheres um

³⁴ “COMENTÁRIO da semana”, *Amapá*, Macapá, n. 96, 18 jan. 1947, p. 03.

³⁵ Em 1949, por exemplo, a média estimada de construções em Macapá era de uma casa por dia. “NÚMEROS do Amapá”, *Amapá*, Macapá, n. 282, 05 ago. 1950, p. 03.

³⁶ “MACAPÁ cresceu depressa demais”, *Amapá*, Macapá, n. 348, 17 nov. 1951, p. 06.

³⁷ No Plano de Desenvolvimento Urbano de Macapá, elaborado em 1973 pela Fundação João Pinheiro. lemos: “de 1961 até a atualidade [a expansão de Macapá] completou-se com os Bairros de Santa Rita e do Beírol e surgiu, ainda ao sul, o Aglomerado de Vacaria; a sudoeste, o Bairro do Buritizal; a noroeste, os Bairros de Jesus de Nazaré e Jacareacanga; ao norte, o Bairro do Pacoval”. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Brasil. *Macapá: Plano de Desenvolvimento Urbano*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1973, p. 49.

grande aglomerado de palafitas, animado pelo movimento constante dos barcos que lá aportavam, trafegando mercadorias e transportando passageiros. Na seção “Crônica das Paróquias”, do jornal *A Voz Católica* (de 17 de janeiro de 1960), o articulista destaca o seguinte sobre o “Bairro do Perpétuo Socorro” (como era então chamado o Igarapé das Mulheres): “o Bairro é situado numa baixa muito fértil, banhada pelas águas do rio e constantemente verde, quase ainda virgem na sua vegetação”. E complementa a descrição: “os moradores são pessoas de humilde condição social, cuja riqueza são os numerosos filhos, a boa vontade de trabalhar e a religiosidade”. O articulista ressalta ainda que estes moradores eram oriundos do “interior” (ribeirinhos e roceiros de pequenos povoados do Amapá e do Pará), de onde traziam diversas tradições, como a devoção aos santos e o modo de vida ordeiro³⁸.

Na embocadura do Igarapé da Fortaleza ficava a doca. Nela também foram construídas muitas palafitas, onde moravam famílias de baixa renda, que conviviam com um intenso comércio. Era à sombra da secular Fortaleza de São José que a maioria das embarcações (ubás, gaiolas, lanchas, etc.) parava. A doca da Fortaleza era o lugar de uma sociabilidade muito peculiar. Era um grande mercado a céu aberto. Em entrevista, a moradora Miracy Martel Barbosa destacou: “de lá o grande comerciante comprava, o pequeno comprava também e, muitas vezes, até o morador mesmo, que não tinha comércio, mas, ia lá e comprava: ou a fruta, o peixe, ou a caça, o açai”³⁹. O movimento de barcos era deveras frequente. Eles levavam e traziam: pessoas, mercadorias e notícias. Em 1955, por exemplo, 4.704 barcos aportaram nesta doca, conforme dados oficiais. Isto representa uma média de aproximadamente 78 embarcações por semana⁴⁰.

Muitos destes barcos pertenciam a regatões que mercadejavam entre Macapá, Belém, ilhas da foz do Amazonas e interiores do Pará e do Amapá. Estes mascates fluviais desempenhavam um papel fundamental no abastecimento da praça macapaense. Isto porque as embarcações do Serviço de Navegação do Amapá (SERTTA-Navegação) eram frequentemente encostadas no estaleiro governamental, onde aguardavam reparos ou reformas de efeito meramente paliativo. Por outro lado, somente as embarcações com carga inferior a 10 mil quilos conseguiam atracar nesta doca, pois seu canal navegável era raso. E, ainda que respeitasse tal limite, o marítimo deveria esperar a maré alta – caso contrário, poderia ficar encalhado. O “pinga-pinga” do comércio de regateio era responsável por boa parte dos víveres consumidos pelos moradores de Macapá. Numa nota de rodapé do jornal *Amapá* (de 13 de dezembro de 1952), se pode ler: “as veleiras pilotadas pelos destemidos caboclos da Amazônia, afluem agora a Doca da Fortaleza, nesta cidade, transportando mercadorias diversas, gêneros alimentícios em geral, frutas e pescados, que são vendidos ao público”⁴¹.

³⁸ BIRAGHI, Ângelo. “Bairro Perpétuo Socorro”, *A voz Católica*, Macapá, n. 12, 17 jan. 1960, p. 03.

³⁹ Entrevista concedida por Miracy Martel Barbosa (nascida em 1947), em 19 de março de 2011, a Bárbara Lorena Costa e Nayara Monte Verde (Projeto PROBHO-Unifap).

⁴⁰ COSTA, Paulo Marcelo Cambraia. *Na ilharga da fortaleza, logo ali na beira, lá tem o regatão: os significados dos regatões na vida do Amapá (1945-1970)*. Belém: Açai, 2008, p. 98.

⁴¹ “DOCA da Fortaleza, Ver-O-Peso de Macapá”, *Amapá*, Macapá, n. 404, 13 dez. 1952, p. 04.

O dinâmico comércio da doca oferecia várias oportunidades de trabalho. Um diversificado espectro de trabalhadores informais se movimentava entre embarcações, palafitas, xerimbabos e transeuntes (funcionários públicos, operários da mineradora ICOMI, comerciantes, entre outros)⁴². O movimento começava muito cedo. No início dos anos 50, Amiraldo Bezerra, um dos sacoleiros que trabalhavam na doca, levantava ainda sonolento, ia tomar banho e fazer o desjejum para, em seguida, ir para o Mercado Central. Nas suas memórias, ele anotou: “na busca ansiosa pela sobrevivência, logo após a morte do papai, veio a ideia de fabricar e vender sacolas confeccionadas de embalagens de cimento, por sinal, muito farta à época, devido o canteiro de obras que tinha se transformado aquele pedaço do Brasil”. Como prestidigitadores, os populares criavam as bases de sua sobrevivência a partir daquilo que parecia ser totalmente inservível. A invenção do cotidiano popular envolvia também um calculado modo de administrar o pouco: “o que era arrecadado só dava pra levar para casa alguns cruzeiros que minha mãe administrava com mais competência do que esses PHDS da economia, que hoje assolam o país”, afirmou Bezerra⁴³.

Solidariedades no cotidiano dos trabalhadores

Nos bairros populares de Macapá, os despejados e os migrantes reelaboraram seus modos de vida, segundo as novas exigências da *urbe*. Como não havia emprego para todos e como a maioria dos empregados ganhava pouco (salários drasticamente corroídos pela carestia), o primeiro grande desafio era a sobrevivência. Administrar bem esse pouco que se tinha muitas vezes não bastava. Entretanto, estava sempre aberta a possibilidade de se contar com a solidariedade da vizinhança. Era comum, naqueles anos, os recém-chegados buscarem morar próximo de parentes, de ex-vizinhos ou de conterrâneos. O reestabelecimento de laços antes rompidos ajudava a minimizar a insegurança quanto à sobrevivência no interior da crescente população citadina. Para quem chegara primeiro era igualmente interessante formar um círculo familiar em volta de si para amortecer os impactos da complexa e desafiadora vida urbana. Em geral, os moradores dos bairros populares também estavam dispostos a criar novos laços sociais, baseados na confiança, na partilha, na cumplicidade e na reciprocidade.

Nestes lugares, as casas tinham as portas quase sempre abertas e vizinhos e parentes podiam aí entrar sem cerimônia. Não havia, por conseguinte, barreiras físicas ao estabelecimento de interdependências. Mas, a existência de vínculos reais ou imaginados poderia facilitar este processo. Ao chegarem à capital do Amapá, muitos migrantes procuravam conseguir um abrigo por meio de laços de solidariedade religiosa, como se percebe no caso de José Pinto de Araújo (comentado anteriormente). Outros apelavam para familiares e amigos. Segundo Bezerra: “por todas as margens ribeirinhas chegava gente. Aí, eram primos naturais ou agregados, que buscavam por nós fazer seu primeiro contato e às vezes pedir

⁴² À noite, a Doca transformava-se num muito frequentado espaço de boemia. A este respeito, ver: LOBATO, Sidney da Silva. “O despertar de Orfeu: prazer e lazer dos trabalhadores de Macapá (1944-1964)”. *Topoi*, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 28, 2014, p. 223-241.

⁴³ BEZERRA, Amiraldo. *A margem esquerda do Amazonas*. Fortaleza: Premius, 2008, p. 15, p. 23.

abrigo, mesmo que por pouco tempo, de vez que as hospedagens do governo estavam sempre superlotadas”⁴⁴.

Por outro lado, havia ocasiões em que a solidariedade dos vizinhos era acionada, tendo em vista a resolução de conflitos entre parentes. Por exemplo, na noite do dia 29 de setembro de 1951, em certo ponto do bairro da Favela, ouviu-se o grito: “seu José, me acuda!”. Era Lídia (paraense de 20 anos e doméstica), que estava sendo atacada por seus dois irmãos e que pedia socorro a seu vizinho. Os agressores eram Alicio e Davi, que, usando uma faca tipo peixeira, ameaçavam levar embora a menor Maria Leonina, irmã mais nova dos litigantes. O motivo era que Leonina estava supostamente sendo maltratada pela irmã mais velha. Lídia, ao ligar o rádio para captar alguma música para os irmãos, foi agarrada e teve seu vestido rasgado, depois do que se refugiou na residência de sua vizinha Josefa Picanço, sendo aí perseguida por Alicio e Davi, que invadiram a casa.

Uma das testemunhas deste conflito foi Francisco Penha da Silva (lavrador paraense de 23 anos e analfabeto), um morador de um pequeno povoado macapaense chamado de Lagoa dos Índios. Ele estava hospedado no bairro da Favela, na residência de Josefa Picanço, para viabilizar um tratamento de saúde. Francisco ouviu quando Lídia gritou pedindo que a acudissem e viu quando ela adentrou na casa de Josefa. Enquanto Davi era obstado por Francisco, Josefa conseguia expulsar Alicio. Depois, policiais apareceram e prenderam este, ao passo que Davi fugia para o Laguinho. Em resumo: primeiro Lídia grita pelo vizinho José – que não a escuta – e, em seguida, ela busca homiziar-se na casa de Josefa, que a defende, com a ajuda de um agregado⁴⁵. Temos aqui um exemplo de como os processos criminais podem nos ajudar a compreender os pactos tácitos de ajuda mútua entre vizinhos. Pactos que eram ativados em momentos de crise.

Confiança era um componente fundamental nas relações sociais ocorridas nos bairros populares de Macapá. Entre outras razões, porque grande parte das relações comerciais ocorria através da venda (con)fiada. Ou seja: o comerciante anotava a retirada do produto pelo cliente numa caderneta, confiando que o pagamento ocorreria tão logo este pudesse efetivá-lo. Entre os trabalhadores, a quase total inexistência de contratos escritos e publicamente reconhecidos era fruto de uma cultura baseada na confiança na palavra dada e no cultivo do “bom nome”.

Em suma, nos bairros populares de Macapá, os vínculos de solidariedade eram fortalecidos através de um diversificado conjunto de trocas (de favores, de bens e de conhecimentos). Tal integração comumente era consolidada através do compromisso de compadrio. Os padrinhos eram considerados legítimos aconselhadores dos afilhados e eventuais substitutos dos pais. Esperava-se que o padrinho e a madrinha ajudassem na formação do afilhado, tanto moralmente, quanto materialmente — provendo parte das necessidades deste e dando-lhe presentes em certas ocasiões, como aniversários⁴⁶. Em diversos dos processos que

⁴⁴ BEZERRA, *A margem esquerda...*, p. 30.

⁴⁵ AFCM. Caixa 306, processo n. 552, 29 set. 1951, fls. 3-4.

⁴⁶ Eduardo Galvão analisa a importância do sistema de compadresco para o fortalecimento dos vínculos de solidariedade nas freguesias do baixo Amazonas. Este sistema manteve suas linhas de força nos nascentes meios urbanos amazônicos — inclusive na sociedade macapaense. Segundo Galvão: “a necessidade de mobilidade e dispersão da população [de roceiros e seringueiros]

lemos e analisamos, percebemos que pais e afilhados tinham plena confiança nos padrinhos e madrinhas — que eram percebidos como membros da família.

Palavras finais

O enfrentamento da insegurança generalizada, por meio do uso de um variado repertório de táticas, era um componente fundante da consciência de classe, na capital amapaense, entre 1944 e 1964. Quando os populares cantavam que as novas casas construídas na cidade eram “p’rá só morar doutô”, eles estavam elaborando e fortalecendo a percepção do distanciamento social em relação àquela classe que foi privilegiada pelas reformas urbanísticas. Além disto, estas casas do centro político e social eram um produto alienado do trabalho dos moradores da área suburbana. Carpinteiros, pedreiros, ferreiros, ladrilheiros, taqueiros, eletricitas, encanadores, pintores, braçais e outros construíram uma cidade para os outros, e outra para si. A “*Macapá moderna*” saída das mãos calejadas destes obreiros lhes era duplamente negada: primeiro como trabalho expropriado; e segundo como direito negligenciado.

Os que pesquisam o fazer-se e o refazer-se da classe trabalhadora vêm procurando cada vez mais identificar os móveis destes processos para além dos restritos espaços de produção, perscrutando: as estratégias de resistência urdidas na luta cotidiana (pela alimentação, pela moradia e pelo acesso aos serviços urbanos), a solidariedade que se estabelece a partir dos gestos prosaicos e as heranças culturais permanentemente redesenhadas. Sinalizando nesta direção, Mike Savage argumenta que não se trata de substituir isto por aquilo, mas de dar visibilidade às múltiplas dimensões e redes sociais que concorrem para a formação da consciência de classe. Este sociólogo destaca que a identidade da classe trabalhadora não se ancora unicamente no processo ou no mercado de trabalho. O traço distintivo da vida dos trabalhadores está no enfrentamento da *insegurança estrutural*, gerada pela expropriação dos meios de subsistência e pela conseqüente incerteza da vida diária. Ainda segundo Savage, “essa formulação [da identidade trabalhadora baseada na insegurança estrutural] nos possibilita reconhecer certas pressões estruturais sobre a vida operária, embora também pontue a urgência de examinarmos a enorme variedade de táticas que os trabalhadores podem escolher para cuidar de seus problemas”⁴⁷.

Em Macapá, as táticas que os trabalhadores utilizavam na luta contra a insegurança alimentar, a insegurança do morar, do trabalhar e outras eram criadas com base na tradição e nas possibilidades reais de improvisação. Isto nos reporta à importância da história local, dos processos de migração e do

imposta por esse tipo de economia impede a formação das ‘grandes famílias’ características de outras zonas rurais do Brasil. Contudo, existem mecanismos ou instituições que possibilitam e estimulam o intercâmbio social entre as pequenas famílias. Entre eles, as irmandades religiosas, o culto dos santos e o sistema de *compadresco*”. GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955, p. 20-21.

⁴⁷ SAVAGE, Mike. “Classe e história do trabalho”. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da & FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p. 33.

hibridismo. Etnografando as experiências cotidianas dos moradores da capital do Amapá, pudemos perceber a emergência de táticas cujo objetivo era a garantia da reprodução da vida. A camaradagem dos trabalhadores, a solidariedade familiar e de vizinhança formavam a base de onde brotavam estas formas de enfrentamento das várias inseguranças. O estabelecimento de laços de solidariedade era algo fundamental na luta cotidiana pela sobrevivência.



RESUMO

Entre 1944 e 1964, moradores pobres foram forçados a se mudar do centro histórico para as fímbrias da cidade de Macapá, onde passaram a viver à margem da infraestrutura urbana e de vários serviços públicos. Aí também foram morar centenas de migrantes, que tinham vindo para a capital do Amapá em busca de novas oportunidades de trabalho. Explorando textos jornalísticos, tradições orais e processos criminais, este artigo pretende analisar estas experiências de exclusão urbana, pondo em foco os modos como elas foram percebidas e enfrentadas pelos trabalhadores macapaenses.

Palavras Chave: Classe Trabalhadora; Exclusão Urbana; Cotidiano.

ABSTRACT

Between 1944 and 1964, poor inhabitant moved from historical center to Macapá's border, where they start living without urban structure and public services. There, migrants by the hundred settled down. They had come seeking new working opportunities. By exploring newspaper texts, oral traditions and criminal proceedings, this article intent analyze the local experiences of urban exclusion, focusing how the workers had perceived and faced these ones.

Keywords: Working Class; Urban Exclusion; Everyday Life.

Artigo recebido em 22 abr. 2015.
Aprovado em 10 mai. 2015.